SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Jornal do Judiciário

CSP Conlutas
FENAJUFE

Terça-feira, 22 de maio de 2012 | JJ452 | 13.000 exemplares | Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP | Tel.: (11) 3222-5833

Assembleia indica a retomada da luta pela aprovação do PCS, com paralisação de 24h no dia 30/05

Participe dos atos e ajude a organizar a luta no seu fórum e local de trabalho, convocando todos a participarem da paralisação e caravana para ato e assembleia estadual na porta do TRE Miquelina, às 15h, na capital

Joca Duarte



17/05/2012 - Ato em frente ao TRE alerta cúpula dos Poderes que sem negociação, categoria irá à greve

Após várias tentativas frustradas de instalação de negociação junto aos Três Poderes para garantir a aprovação imediata do PL 6613/09 (PCS), que encontra-se tramitando no Congresso Nacional desde 2009, a categoria decidiu na assembleia estadual, realizada no sábado dia 19, realizar 24 horas de paralisação, no dia 30 de maio, em todos os tribunais e fóruns do estado, com o chamado para que todos se concentrem desde a primeira hora na porta do TRE na Rua Francisca Miquelina, na capital, onde, às 15h, será realizado ato e assembleia estadual que vai apontar os próximos passos da mobilização.

Na assembleia que decidiu pela paralisação no próximo dia 30/05, a categoria entendeu como insuficientes as sinalizações de apoio e defesa da aprovação do PCS feitas pela ministra Carmen Lúcia, presidente do TSE e pelo presidente do STF, ministro Ayres Britto, que apesar de terem declarado que sairiam a campo para garantir a aprovação do projeto, precisam demonstrar ações concretas neste sentido, com a busca de agendamento de reunião com a presidente Dilma, que além de ter determinado à sua tropa de choque na CFT para engavetar o PCS, vem impondo o desrespeito à autonomia e independência do Judiciário, com corte de seu orçamento, que não pode ficar sem resposta.

A retomada da mobilização foi aprovada com a construção de um calendário que envolve várias atividades, que serão realizadas prioritariamente na porta dos prédios do TRE, na capital e interior, por conta da importância deste segmento na preparação das eleições de outubro, mas, sem deixar de convocar o conjunto da categoria para participar e fortalecer as atividades, conforme debatido na assembleia, a construção e encaminhamento da luta pela aprovação do PCS precisa ser assumida por todos os trabalhadores do Judiciário, de todos os segmentos e não apenas da eleitoral.

Considerando o calendário apertado neste semestre, onde o STF entra em recesso a partir de 01/07 e o Congresso Nacional a partir de 18/07, temos que buscar superar as dificuldades e apressar nossa entrada na luta nacional pela aprovação imediata do PCS que foi aprovada na plenária da federação, sob pena de ficar tudo para o segundo semestre, quando o Congresso Nacional pode estar esvaziado, por conta da realização das campanhas eleitorais.

Para unir a categoria em torno da urgência da aprovação do PCS e organizar a luta unificada em todo o país, será realizada Reunião Ampliada da Fenajufe, que acontecerá em Brasília no próximo dia 26 de maio, tendo sido eleitos representantes do Sintrajud na assembleia para essa atividade.

Na assembleia, a categoria também aprovou o seguinte calendário de mobilização:

22/05 – Ato no TRE da Alameda Nothmann, às 11h30
23/05 – Assembleia no TRF-3, às 13h
23/05 – Ato no fórum Ruy Barbosa (JT/ Barra Funda), às 13h
24/05 – Ato no TRE da Rua Doutor Falcão, às 11h30
26/05 – Reunião Ampliada da Fenajufe em Brasília
30/05 – Paralisação de 24 horas, com ato e assembleia estadual na porta do TRE, na Francisca Miquelina, 15h
05/06 – Marcha e Plenária dos Servidores Públicos Federais em Brasília.
06/06 – Participação da delegação do Sintrajud na sessão da Comissão de Finanças e Tributação
01 a 15/06 – Realização de atos nos cartórios eleitorais de cidades pólo do estado
13/06 – Ato nacional na CFT e nos TRE´s de todas as capitais do país para cortar o bolo e denunciar o infeliz aniversário de dois anos de enrolação do PCS na comissão.
01/07 a 05/07 – Realização de apagão no eleitoral.

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

O SISTEMA DE "MERÇEES" NO JUDICIÁRIO FEDERAL

"...como em outra qualquer coussa que de vosso serviço for Vosa Alteza há de seer de mym muito bem servida, a ela peço que por me fazer simgular merçee mande vijr da ilha se Sam Thomé Jorge Dosoiro, meu jenrro, o que ela receberey em muita merçee. Beijo as maãos de Vosa Alteza. D este Porto Seguro da jlha da Vera Cruz oje sesta feira primeiro dia de Mayo de 1500. Pero Vaaz de Camjinha"

Esse é o último parágrafo da longa carta de Pero Vaz de Caminha onde depois de relatar todas as novidades da descoberta ao Rei de Portugal, não deixa de aproveitar o ensejo e pedir, digamos, "um favorzinho" pelos serviços prestados.

Caminha era um homem preparado. Seu destino era gerenciar um importante entreposto comercial português na Índia, centro dos interesses do Reino neste período. Gozava da estima da Coroa Portuguesa, que ao costume da época, tinha como uma de suas funções centrais distribuir MERCÊS (favores e concessões) a alta nobreza ou àqueles que ousassem aventurar-se além mar, visando obter tais regalias.

Segundo Rodrigo Recupero, estudioso do Brasil Colônia, parte da cultura de distribuição de MERCÊS foi incrustada na formação da sociedade Brasileira, principalmente da elite dirigente do país.

Nas instituições públicas a política de MERCÊS assume seu caráter quase que monárquico. No TRF, onde trabalho, a cada 2 anos, na troca do Presidente, um terremoto, com choros, ranger de dentes e muita cabeça decapitada impregna nosso dia a dia de trabalho.

O poder de um Presidente de Tribunal é atribuido pela Constituição Federal e pelas leis que a complementam, mas também, da porta pra dentro, através da distribuição das MERCÊS, na mesma lógica das coroas Absolutistas dos Sec XV e XVI. Ao se entregar uma MERCÊ (aqui no III Milênio a gente chama de CJ), o recebedor será eternamente grato e fiel, submisso não ao seu compromisso público, mas aos interesses de quem lhe concedeu.

Cada nomeação esconde um infindável número de pedidos, solicitações, favores, comprometimentos nos mais diversos graus. O sistema de MERCÊ no Judiciário cria uma teia de relações que acaba por dominar o funcionamento da instituição. Uma MERCÊ não precisa contemplar a todos. Basta conceder a um ou a um grupo restrito que estabelece-se o poder de subverter todo setor, todos os subordinados. O poder da MERCÊ prevalece sobre discursos de modernidade, aumento de produtividade e otimização da organização do trabalho.

O sistema de MERCÊ é um dos principais entraves para qualquer melhoria nas relações de trabalho e produtividade dentro do Poder Judiciário. Infelizmente nem a Cúpula nem o CNJ tratam deste assunto, pelo contrário, incentiva-se cada vez mais as FC's e CJ's em nossos ambiente de trabalho.

Claudio Klein
Diretor de Base do TRF
kleinsindicato@gmail.com

IDÉIAS - Textos para esta seção devem ser enviados por email para cae.imprensa@sintrajud.org.br, contendo no máximo 2.800 toques. Textos com excesso de caracteres serão devolvidos ao autor.

Fala servidor:

Por que retomar a greve agora?



"O movimento tem que começar desde já, não pode deixar pra cima da hora das eleições e deixar o governo vir com uma proposta indecente e muitos servidores acabarem acreditando. Isso pode enfraquecer o movimento e a eleição acontecer normalmente, e a categoria ser enganada por mais dois anos". **Jefferson Cabral (T.R.E/SP)**.



"Estamos num bom momento para começar essa retomada, por que junto tanto em 2002 como em 2006, as greves foram vitoriosas para o PCS II e III e aconteceram no primeiro semestre, entre maio e junho. Então agora com a antecipação do fechamento da L.D.O, temos que retomar a mobilização. Se deixarmos para o segundo semestre, provavelmente a gente não conseguirá o PCS ou é agora ou somente em 2000 e tralálá". **Francisco Antero (TRF 3ª Região)**



"É o momento de acumularmos forças, tivemos uma derrota parcial e isso trouxe certo desanimo para a categoria, mas temos que entender que só com mobilização vamos conquistar o nosso PCS, o momento é agora".
Marcelo Penna (TRT-2ª Região).



"O movimento tem que estar bastante unido para que a luta continue e sejamos vitoriosos. Nós precisamos mostrar para o governo que a nossa coesão na retomada da luta é pra valer".
Joel Andrade (Aposentado).

Os aposentados do Sintrajud irão participar do 2º CONAP da Fenajufe

O Núcleo de Aposentados do Sintrajud elegeu, na última quarta-feira (16), as duas representantes que irão participar do 2º Encontro do Coletivo Nacional dos Aposentados (Conap), são as aposentadas: Ana Maria Fevereiro e Maria Helena Porto de Souza.

O Conap será realizado no dia dois de junho, em Brasília, e contará com um painel sobre a Previdência Complementar no Setor Público, que deve ser ministrado por Luciene Pereira da Silva (Tribunal de Contas da União).

Dentro da programação também está previsto a apresentação de projetos de interesses dos aposentados, a apresentação do tema será feito por Antonio Augusto de Queiroz – "Toninho" (Assessor Parlamentar da Fenajufe).

Aposentados na luta no dia 30 de maio

Como exemplo das lutas anteriores, onde os aposentados sempre fizeram presentes, mais uma vez, fica a convocação para que os trabalhadores aposentados participem da paralisação do dia 30 de maio, a partir das 11h30, em frente ao TRE/SP. É a retomada da mobilização pela aprovação do PCS-4.

Esta semana inicia o ciclo de palestras sobre Filosofia Crítica do Direito

As vagas continuam abertas e os interessados devem se inscrever na secretaria política do sindicato, pelo telefone 11 3222-5833.

Na próxima sexta-feira (25) começa o ciclo de palestras sobre Filosofia Crítica do Direito. O evento será realizado no sindicato localizado na Rua Antonio de Godoy, 88, 15ª andar, próximo ao metrô São Bento.

Organizadas pelo Coletivo de Formação e Luta Contra as Opressões do Sintrajud, as palestras buscam realçar a formação humanista dos trabalhadores do Judiciário Federal de maneira que se criem condições concretas para que ele esteja atento ao caráter social de seu trabalho.

Com as palestras, também busca-se construir uma reflexão crítica sobre as construções jurídicas, sobre os discursos, sobre as práticas, sobre os fatos e normas jurídicas.

O Sintrajud solicitou às administrações que a participação nas palestras seja considerada para a obtenção de adicional de qualificação.

A primeira palestra será sobre o Positivismo Jurídico, abordando questões como Positivismo estrito, eclético e ético. Ela será ministrada por Vinícius Pinheiro, mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde leciona Filosofia do Direito. Este evento será realizado no Sintrajud, dia 25 de maio, a partir das 19h30.

SINTRAJUD Jornal do Judiciário CSP Conlutas FENAJUFE

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo de Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: sintrajudsantos@uol.com.br
Subsede Barra Funda: Rua Joaquim Manoel de Macedo, 297 - s/ 92 - São Paulo / SP - CEP 01136-010 - Tel.: (11) 3392-3728 / 9163-6903 - Email: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Roberto Gouveia | **Tiragem:** 13.000 exemplares

Mais do que palavras em defesa do PCS, categoria quer atitudes concretas da cúpula do Judiciário

Assembleia debate situação da categoria e chama mobilização para que as negociações sejam abertas

Por Caê Batista

O Poder Judiciário deve uma satisfação à categoria. Sua autonomia, financeira e administrativa, foi desrespeitada pelo Executivo no ano passado, graças a omissão do ministro Cezar Peluso, ex-presidente do Supremo. Mas não só dele. Uma liminar do ministro Luiz Fux, que determinara a incorporação do orçamento do Judiciário para implementar o PCS no Projeto de Lei Orçamentária deste ano também não foi cumprida.

A consequência imediata é que os 120 mil trabalhadores de todo o país, que fazem andar o Poder Judiciário, estão vendo, diariamente, o seu salário ser corroído pela inflação. As perdas passam dos 36%, até março deste ano. E não é só isso, um recente estudo do Departamento Econômico do Sintrajud demonstra que a não aprovação do PCS fez a categoria deixar de receber um montante considerável. Até maio, por exemplo, um analista em final de carreira deveria ter em suas receitas cerca de R$ 30 mil a mais. Já um técnico, também em final de carreira, mais de R$ 17 mil. Veja mais no encarte deste JJ.

Na assembleia estadual, realizada no Sintrajud no sábado dia 19, todos os debates giraram em torno de como melhor organizar a categoria para retomar a mobilização e pressionar a cúpula do Judiciário a se mover. É preciso que as negociações em torno do PCS sejam abertas imediatamente, e para isso, é urgente a retomada da mobilização neste semestre.

Movimentações na cúpula

Ao assumir a presidência do STF, o ministro Ayres Britto disse que "iria a campo" buscar uma solução para o congelamento. Semanas depois, ele se reuniu com o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministro Alvaro Luiz Pinto, tendo o PCS como uma das pautas. Segundo noticiou o site do STF, a intenção de Britto é unir os segmentos do Judiciário para levar as reivindicações à presidente Dilma.

Alguns dias antes, a presidente do TSE, órgão responsável por organizar as eleições em todo o país, ministra Carmen Lúcia, disse que iria junto com o ministro Ayres Britto buscar a negociação, que os "servidores merecem ser respeitados, para trabalharem tranquilos".

Queremos ações concretas

Na assembleia de sábado, os trabalhadores disseram com todas as letras: "Mais do que palavras, queremos ações concretas em defesa do PCS". Para isso, a categoria não pode ficar parada aguardando a "boa vontade" dos ministros.

É urgente e necessário, desde já, organizar a retomada da mobilização para que as negociações em torno do PCS sejam abertas, imediatamente.

Assim, a participação de todos os trabalhadores nas 24 horas de paralisação, no dia 30 de maio, é fundamental. Além de aderir, cada trabalhador deve ir à assembleia que acontece em frente ao TRE, para definir os próximos passos dessa luta.

Kit Gaion



19/05/2012 - Assembleia aprova 24 horas de paralisação no dia 30

Jesus Carlos



09/05/2012 - Ato no cartório Eleitoral da Bela Vista

Joca Duarte



07/05/12 - Ato no cartório Eleitoral de Perdizes

Kit Gaion



08/05/2012 - Ato no cartório Eleitoral do Tatuapé

Reunião Ampliada da Fenajufe

A construção da mobilização em São Paulo é um passo muito importante para a aprovação do PCS. Mas sem que os outros estados venham para a luta, a conquista do reajuste ficará mais difícil. Na assembleia de sábado, a categoria elegeu 10 pessoas que participará da Reunião Ampliada da Fenajufe, que acontece no sábado, dia 26, em Brasília.

Os delegados do Sintrajud defenderão um calendário de luta que envolve luta pela aprovação do PCS, ao mesmo tempo em que busca unificar nosso calendário com a luta do funcionalismo federal, que inclui a participação na marcha dos SPFs, que acontecerá em Brasília no dia 05 de junho, bem como a participação na plenária do funcionalismo, que acontece no mesmo dia e que busca unificar a luta para enfrentar o arrocho que a presidente Dilma impõe à todos.

Código de Conduta e Lei de Acesso às Informações

Conforme foi decidido na assembleia, os delegados do Sintrajud vão pautar na Reunião Ampliada dois temas muito importantes para a categoria: o Código de Conduta, que o Conselho da Justiça Federal (CJF) tenta impor e a divulgação nominal dos salários dos trabalhadores do Judiciário.

A definição de um posicionamento sobre o primeiro tema é muito importante, dada a pressão que as administrações da Justiça Federal e do TRF-3 têm exercido sobre os trabalhadores para que assinem a adesão ao código.

A Lei de acesso às informações, em que pese nosso compromisso com a democratização e transparência em todas as esferas do serviço público, representa, para vários ativistas presentes na assembleia, mais uma tentativa do governo de assediar os trabalhadores do serviço público, expondo seus vencimentos como uma forma de barrar a luta da categoria por melhores salários. Por isso, este tema será debatido também por um fórum amplo da Fenajufe.

Sintrajud se reúne com o Juiz Diretor do Foro da JF, Ciro Brandani e leva reivindicações da categoria

Imposto sindical, aumento do número dos processos administrativos e de sindicâncias e condições de trabalho do setor de distribuição do Fórum das Execuções Fiscais foram os pontos de pauta


Jesus Carlos

18/05/2012 - Reunião com Diretor do Foro da JF, Ciro Brandani

Por Juliana Silva

A direção do Sintrajud representada pela diretora Angélica Olivieri e pelo diretor Dalmo Duarte e, Cilmara Santos diretora de base do TRF-3, estiveram em reunião com o Diretor do Foro, Juiz Ciro Brandani Fonseca, nesta sexta-feira (18).

A primeira reunião de apresentação da atual diretoria do Sintrajud com o novo Diretor do Foro, Ciro Brandani, tratou do imposto sindical que é descontado dos trabalhadores do TRF-3ª e da Justiça Federal. Os dirigentes explicaram que desde o início desta cobrança, o sindicato tem atuado para devolver a categoria o percentual de 60% do valor correspondente do imposto que cabe ao sindicato.

Para que haja mais agilidade na devolução, a administração precisa enviar os dados dos trabalhadores, inclusive bancários que ficarão armazenados em arquivo específico para este fim. Ocorre que até o momento essa solicitação ainda não foi atendida, e uma grande parte do dinheiro referente ao imposto está retido em conta corrente do sindicato por falta da complementação de informações, que na opinião do Sintrajud já poderiam ter sido enviados, assim como fez o TRF-3ª.

Na oportunidade, os diretores ponderaram que se a administração tiver alguma dificuldade em conceder as informações dos trabalhadores, que neste caso, o próprio setor responsável pela folha de pagamento poderia, então, realizar a devolução do valor correspondente.

Sobre este assunto o desembargador disse que iria analisar as possibilidades e que daria um retorno ao sindicato.

Processos administrativos

O sindicato questionou o aumento dos processos administrativos e de sindicâncias, que chegam a quase 60 processos e expedientes no período de 2010 a 2011. Alguns casos ocorreram devido à participação dos trabalhadores do movimento legítimo de greve para aprovação da reposição salarial da categoria e pela valorização do serviço público.

Os diretores explicaram que as situações caracterizam o cerceamento ao exercício do direito de greve e têm acontecido constantemente. Os exemplos emblemáticos citados na reunião foram os que ocorreram na 3ª Vara Cível de Guarulhos e na 8ª Vara do Fórum Pedro Lessa, e que foram provenientes do período da greve.

Fórum das Execuções Fiscais

A diretoria questionou o aumento do número de trabalhadores que vêm adoecendo no Fórum das Execuções Fiscais, e que parte deste desgaste é decorrente da determinação do Coordenador Juiz Paulo César Conrado que determinou ao setor de distribuição (SEDI) que passasse a fazer também a autuação dos processos, sem dar a mínimas condições estruturais para a realização da tarefa.

Diretora do Sintrajud, Angélica Oliveiri, que é funcionária daquele Fórum, explicou ao Diretor do Foro, que o quadro atual de servidores é muito reduzido, e que o setor tem contado com vários estagiários de nível médio, além de prestadores de serviço que cumprem as penas alternativas. "Já distribuímos mais de 30 mil processos desde o dia 9 de janeiro e autuamos mais 26 mil, sendo que a autuação tem sido realizada por apenas três pessoas, o que significa uma carga de trabalho muito grande para estes servidores", disse.

Também há pouco espaço para alocar os processos e destacou a responsabilidade quanto ao manuseio dos processos. "São várias pessoas manipulando os processos. Parte da autuação, montagem, está sendo realizada por terceiros e a responsabilidade é do servidor que vai rubricar", pondera.

Ao final da reunião, o Diretor do Foro disse que irá procurar o juiz Paulo César Conrado para tratar dos problemas que estão ocorrendo no Fórum das Execuções Fiscais.

Medida Provisória 568/12 de Dilma gera insatisfação entre os trabalhadores e impulsiona greve nacional

Servidores denunciam engodo da proposta do governo, que desrespeita acordo do ano passado e mantêm paralisação. Medida tem vários problemas, além de reajuste fictício.

Por Juliana Silva

A Medida Provisória 568/12, publicada no dia 14 de maio, no Diário Oficial da União, foi propagandeada pelo governo Dilma, como um suposto aumento de até 31% para vários setores do funcionalismo ligados ao Poder Executivo.

Tal medida, sem base na realidade, foi duramente criticada pelos representantes das categorias do funcionalismo público federal na 7ª rodada da mesa de negociação, com o secretário de Relações do Trabalho do Planejamento, Sergio Mendonça.

Na verdade a MP traz pequenos reajustes, em geral por meio de aumentos não lineares de gratificações, e só é possível chegar aos 31% propagandeados quando se faz a projeção desse aumento sobre uma parcela menor da remuneração e em alguns poucos setores do Executivo.

Não há referência ao Judiciário e ao Legislativo na MP. Segundo estudos do departamento Econômico do Sintrajud, o impacto médio por servidor com esta medida em 2012, seria de R$ 223,38.

Mobilização dos Professores

Mesmo a MP abrangendo basicamente os docentes das universidades e escolas técnicas federais, ao manter a insalubridade como VPNI, gerou uma grande insatisfação e a categoria iniciou uma greve no dia 17 de maio, sendo que no segundo dia de paralisação já contavam com mais de 39 universidades paralisadas em todo país, e a adesão só cresce.

Segundo informações do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN), a MP "dá um passo no sentido da correção de distorções das carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, mas o texto mantém, no entanto, a transformação dos adicionais de insalubridade e periculosidade em valores fixos, o que tem causado indignação entre os servidores", cita nota.

Ainda segundo o sindicato nacional, ao manter a transformação dos adicionais de insalubridade e periculosidade em valores fixos, a MP 568/12 contraria o Regimento Jurídico Único dos Servidores Públicos (Lei 8.112/90), além de prejudicar os docentes que recebem esse adicional.

"A partir do momento em que o governo transforma eventuais diferenças em Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas (VPNI), que serão absorvidas em futuros reajustes, promoções e re-estruturações de carreira, provoca um congelamento desses adicionais. Isso é um absurdo, além de ilegal", criticou representante da categoria.

SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Encarte

CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR
FENAJUFE

Terça-feira, 22 de maio de 2012 - Encarte - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

VALOR QUE CADA SERVIDOR ESTÁ DEIXANDO DE RECEBER COM A NÃO APROVAÇÃO DO PCS

Perdas pela não aprovação do PL 6613-09, em 2012 passam de R$ 78 mil para Analistas e de R$ 47 mil para os técnicos em final de carreira. Chega de perder, agora é hora de lutar!

A não aprovação do PL 6613-09 (PCS IV) para os servidores do Poder Judiciário Federal – PJF, vão representar perdas de R$ 78.513,00 que o Analista Judiciário deixará de receber, em final de carreira, ou seja, na Classe C, Padrão 15 , no acumulado até o fim do ano de 2012.

A remuneração desses servidores, que atualmente é de R$ 10.436,12, deveria ser de R$ 16.324,12, caso o PCS já estivesse em vigor. Assim, o Analista está deixando de receber R$ 5.888,49, a cada mês.

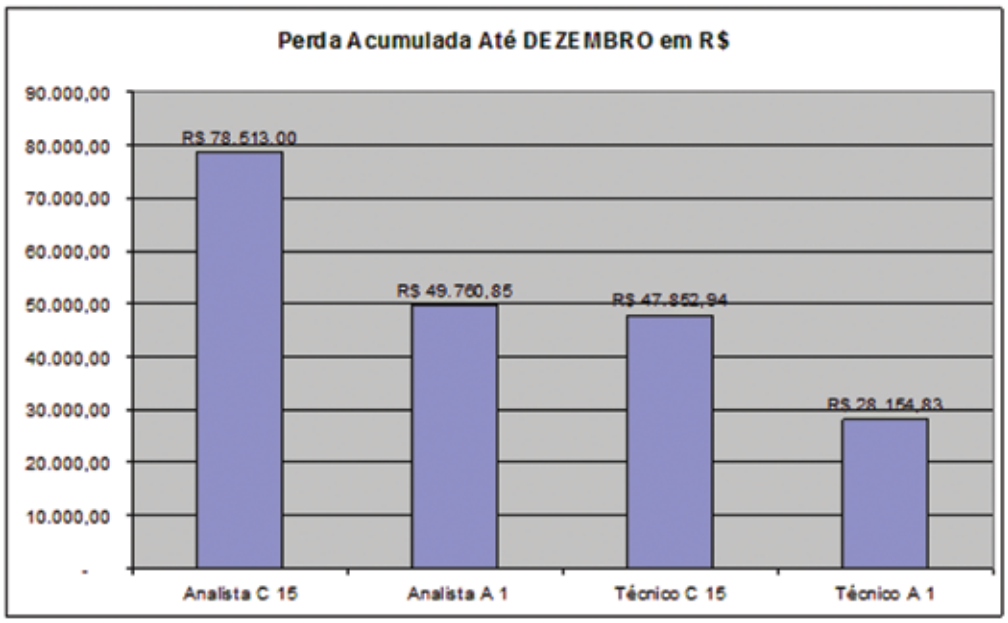
Considerando o que ele deixou de receber até maio de 2012, o valor acumulado é de R$ 29.442,45, correspondente a 2,82 salários atuais.

O montante anual perdido é de R$ 78.513,00, sendo considerados no cálculo os 12 meses de remuneração, mais o 13º salário e o um terço de férias, e representa 7,52 remunerações atuais do servidor .

Para um Analista Classe A Padrão 1, ou seja, aqueles em início de carreira, a perda mensal pela não aprovação do PL é de R$ 3.732,07, de R$ 18.660,37 até maio e de R$ 49.760,85 até o final do ano.

Em 5 meses, a perda equivale a 2,85 remunerações e durante o ano de 2012 de 7,60 salários atuais.

Já para os Técnicos C 15, em final de carreira, cuja remuneração atual é de R$ 6.360,70 e com o PCS passará para R$ 9.949,68, o valor mensal que ele está deixando de receber é de R$ 3.588,98, acumulando até maio deste ano perda de R$ 17.944,90, ou de 2,82 remunerações, e até o final de 2012 o técnico deixará de receber R$ 47.852,94, montante relativo a 7,52 salários atuais.



Para os Técnicos A 1, ou aqueles em início de carreira o valor não recebido mensalmente é de R$ 2.111,52, acumulando em cinco meses perda de R$ 10.558,09, ou 2,64 salário atuais e até final de 2012 a perda acumulada será de R$ 28.154,83, equivalente a 7,05 remunerações.

Note-se que, apesar dos valores que os servidores deixam de receber mês-a-mês ser consideráveis, nesses montantes não estão incluídas diversas parcelas da remuneração que também não estão tendo os aumentos previstos no PL 6613-09, como os Anuênios, o Adicional de Qualificação, as Gratificações de Atividade Externa e de Atividade de Segurança, dentre outras .

Por esse e todos os demais fatores, é urgente e fundamental organizar a luta PARA GARANTIR A IMEDIATA APROVAÇÃO E IMPLEMNTAÇÃO DO PCS IV.

VEJA AQUI QUANTO VOCÊ JÁ ESTARIA RECEBENDO COM APROVAÇÃO DO PCS IV

		ATUAL	PL 6613	AUMENTO MENSAL		ACUMULADO ATÉ MAIO		ACUMULADO 2012	
	PADRAO	TOTAL	TOTAL	em R$	em %	em R$	Em Salários Atuais	em R$	Em Salários Atuais
ANALISTA	15	10.436,12	16.324,61	5.888,49	56,42%	29.442,45	2,82	78.513,00	7,52
	14	10.132,15	15.794,55	5.662,40	55,89%	28.312,00	2,79	75.498,47	7,45
	13	9.837,04	15.281,70	5.444,66	55,35%	27.223,30	2,77	72.595,29	7,38
	12	9.550,52	14.785,50	5.234,98	54,81%	26.174,88	2,74	69.799,51	7,31
	11	9.272,35	14.305,43	5.033,07	54,28%	25.165,36	2,71	67.107,46	7,24
	10	8.772,33	13.840,92	5.068,59	57,78%	25.342,95	2,89	67.581,03	7,70
	9	8.516,83	13.391,46	4.874,63	57,24%	24.373,17	2,86	64.994,97	7,63
	8	8.268,76	12.956,69	4.687,92	56,69%	23.439,61	2,83	62.505,48	7,56
	7	8.027,92	12.535,98	4.508,06	56,15%	22.540,28	2,81	60.107,25	7,49
	6	7.794,10	12.128,94	4.334,84	55,62%	21.674,19	2,78	57.797,70	7,42
	5	7.373,80	11.735,12	4.361,32	59,15%	21.806,60	2,96	58.150,78	7,89
	4	7.159,02	11.354,07	4.195,05	58,60%	20.975,23	2,93	55.933,80	7,81
	3	6.950,51	10.985,40	4.034,89	58,05%	20.174,45	2,90	53.798,41	7,74
	2	6.748,07	10.628,72	3.880,65	57,51%	19.403,24	2,88	51.741,84	7,67
	1	6.551,52	10.283,60	3.732,07	56,96%	18.660,37	2,85	49.760,85	7,60
TÉCNICO	15	6.360,70	9.949,68	3.588,98	56,42%	17.944,90	2,82	47.852,94	7,52
	14	6.175,44	9.608,51	3.433,07	55,59%	17.165,34	2,78	45.774,12	7,41
	13	5.995,57	9.279,03	3.283,46	54,76%	16.417,30	2,74	43.779,35	7,30
	12	5.820,94	8.960,85	3.139,91	53,94%	15.699,54	2,70	41.865,33	7,19
	11	5.651,40	8.653,59	3.002,19	53,12%	15.010,95	2,66	40.029,10	7,08
	10	5.346,64	8.356,86	3.010,22	56,30%	15.051,09	2,82	40.136,14	7,51
	9	5.190,91	8.070,30	2.879,39	55,47%	14.396,93	2,77	38.391,71	7,40
	8	5.039,72	7.793,58	2.753,86	54,64%	13.769,29	2,73	36.718,01	7,29
	7	4.892,93	7.526,33	2.633,39	53,82%	13.166,95	2,69	35.111,79	7,18
	6	4.750,42	7.268,25	2.517,83	53,00%	12.589,14	2,65	33.570,96	7,07
	5	4.494,25	7.019,03	2.524,78	56,18%	12.623,88	2,81	33.663,59	7,49
	4	4.363,35	6.778,35	2.415,00	55,35%	12.075,00	2,77	32.199,93	7,38
	3	4.236,26	6.545,91	2.309,65	54,52%	11.548,24	2,73	30.795,24	7,27
	2	4.112,88	6.321,47	2.208,59	53,70%	11.042,95	2,68	29.447,79	7,16
	1	3.993,08	6.104,70	2.111,62	52,88%	10.558,09	2,64	28.154,83	7,05
AUXILIAR	15	3.767,06	5.892,59	2.125,53	56,42%	10.627,63	2,82	28.340,28	7,52
	14	3.604,84	5.690,54	2.085,69	57,86%	10.428,47	2,89	27.809,18	7,71
	13	3.449,61	5.495,40	2.045,79	59,31%	10.228,96	2,97	27.277,15	7,91
	12	3.301,06	5.306,97	2.005,91	60,77%	10.029,54	3,04	26.745,39	8,10
	11	3.158,91	5.124,99	1.966,08	62,24%	9.830,40	3,11	26.214,33	8,30
	10	2.988,56	4.949,25	1.960,69	65,61%	9.803,44	3,28	26.142,44	8,75
	9	2.859,87	4.779,54	1.919,67	67,12%	9.598,36	3,36	25.595,56	8,95
	8	2.736,72	4.615,65	1.878,93	68,66%	9.394,67	3,43	25.052,39	9,15
	7	2.618,87	4.457,39	1.838,52	70,20%	9.192,59	3,51	24.513,52	9,36
	6	2.506,09	4.304,54	1.798,44	71,76%	8.992,21	3,59	23.979,17	9,57
	5	2.370,95	4.156,94	1.785,99	75,33%	8.929,93	3,77	23.813,09	10,04
	4	2.268,85	4.014,41	1.745,55	76,94%	8.727,77	3,85	23.274,00	10,26
	3	2.171,15	3.876,75	1.705,60	78,56%	8.528,01	3,93	22.741,30	10,47
	2	2.077,65	3.743,51	1.665,85	80,18%	8.329,25	4,01	22.211,29	10,69
	1	1.988,19	3.615,44	1.627,25	81,85%	8.136,25	4,09	21.696,60	10,91